

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 6 a 10 de julho, em Brasília.

EDUCAÇÃO, EMPREGO E SAÚDE.

O Palácio do Planalto segue em busca de um novo ministro da Educação. O atual secretário estadual de Educação do Paraná, Renato Feder, recusou o convite após sofrer pressão por falta de adesão a pauta ligadas à ideologia do governo, como a escola sem partido ou o enfrentamento a ideologia de gênero. O nome ligado ao PSD, também não agradava a ala militar. Entre os novos cotados para o cargo estão: Anderson Correia, reitor do ITA; Eduardo Deschamps, ex-secretário de Educação de Santa Catarina; Antônio Freitas, conselheiro do Conselho Nacional de Educação; e Aristides Cimadon, reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina.

O setor empresarial aguarda ainda a sanção do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Originado pela MPV 936, o programa foi alterado em sua tramitação no Congresso Nacional, incluindo a prorrogação da desoneração da folha. A expectativa é que a nova lei seja publicada ainda nesta semana, junto com o

decreto de regulamentação da suspensão de contratos de trabalho ou redução da jornada.

As medidas de prevenção à covid-19 seguem em destaque nas discussões das autoridades públicas. O foco da semana deve ficar em torno da reabertura do comércio nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, os mais afetados pela pandemia até o momento. Os 19 vetos presidenciais apostos ao projeto que trata sobre as medidas de prevenção, como o uso de máscaras em espaços públicos em todo o país, também devem ser ponto de divergência no debate.

Na Câmara, as atenções estão voltadas para a eleição de cargos vagos na Mesa Diretora da Casa. O deputado Expedito Netto (PSD-RO) é apontado como o favorito para ocupar o cargo de terceiro-secretário no lugar do agora ministro Fábio Faria (PSD-RN). Outro cargo vago é o de Quarto Suplente de Secretário na Mesa, após o falecimento do deputado Assis Carvalho (PT-PI) no último domingo (5).

Destaques da Semana

Sexta

- IBGE divulga a inflação do mês de junho.

Semana

- Expectativa de anúncio de novo ministro para a Educação.
- [Expectativa de sanção](#), pelo presidente Bolsonaro, do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.
- Previsão de depoimento de Flávio Bolsonaro sobre o caso Queiroz.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro se reuniu, nesta segunda (6), com o presidente do Inmetro, Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior e com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

<p>Casa Civil</p>	<p>Agenda do Vice-Presidente – Hamilton Mourão se reuniu com o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, com o vice-presidente da EMTEP, Saulo Batista e com representantes do Banco Credit Suisse Brasil.</p>
<p>ME Ministério da Economia</p>	<p>Agenda do Ministro – Braga Netto se reuniu, nesta segunda, com o ministro-chefe da secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, com o ministro-chefe da Secretaria-Geral, Jorge Antônio de Oliveira Francisco e com o secretário executivo do GSI, Douglas Bassoli. Além disso, Braga Netto, participou do lançamento do Plano de Contingência para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras.</p> <p>Agenda do Ministro – Paulo Guedes se reuniu, nesta segunda, com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com os secretários especiais da Economia e com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Além disso, Paulo Guedes participou da apresentação do Plano de Contingência para Pessoas com Deficiência e Doenças Raras.</p> <p>Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2020 foi elevada para US\$ 53,45 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado também foi revisada para cima, a US\$ 55,25 bilhões de superávit. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2020, foi novamente reduzida, para US\$ 55 bilhões. Para 2021, a estimativa dos analistas também foi cortada, para US\$ 70 bilhões.</p> <p>BACEN Banco Central do Brasil</p> <p>Agenda do presidente – Roberto Campos Neto se reuniu, nessa segunda, com o ministro da Economia, Paulo Guedes e com o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.</p> <p>Boletim Focus – Os economistas melhoraram levemente as estimativas para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2020. A projeção passou de uma retração de 6,54% para 6,50%. Os analistas mantiveram a previsão de um novo corte na taxa básica de juros da economia, a Selic, que atualmente está em 2,25% ao ano. A previsão dos analistas é de que a taxa caia para 2% até o fim de 2020. Além disso, os analistas também mantiveram a estimativa de inflação para 2020 em 1,63%. Para o fim de 2021, a expectativa permaneceu estável em 3% ao ano. Isso quer dizer que os analistas seguem estimando alta dos juros no ano que vem. A projeção para a taxa de câmbio no fim de 2020 continuou em R\$ 5,20. Para o fechamento de 2021, subiu para R\$ 5,05 por dólar.</p> <p>BNDES Banco Nacional do Desenvolvimento</p> <p>Agenda do presidente – Gustavo Montezano se reuniu com o governador do Maranhão, Flávio Dino, com o ministro da Economia, Paulo Guedes, com o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto e com as lideranças do Governo na Câmara dos Deputados.</p>

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados

Em virtude do falecimento do deputado Assis Carvalho (PT-PI) no último domingo (5), as sessões deliberativas da Câmara dos Deputados desta

<p>Plenário</p>	<p>segunda (6) foram canceladas e as atividades só retomam nesta terça. Em relação às pautas do Senado e da Câmara, os parlamentares devem dar continuidade às votações iniciadas na semana passada.</p> <p>Na terça (7), a Câmara dos Deputados deve concluir a votação da MPV 934/2020, que dispensa as instituições de ensino superior do cumprimento da obrigação de mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico durante o ano letivo.</p> <p>Também deve ser votada a MPV 925/2020, que dispõe sobre medidas emergenciais para o setor da aviação civil. A proposição constava na pauta de deliberação da semana passada, mas após o ministro Paulo Guedes enviar ao relator, deputado Arthur Maia (DEM/BA), um documento solicitando alterações em seu parecer, a votação foi adiada. Ainda há expectativa de que um novo parecer seja apresentado.</p> <p>Além das medidas provisórias, alguns projetos de lei podem ser votados. Entre eles, destaca-se o PL 2500/2020, que permite que a Administração Pública prorrogue contratos e afaste a aplicação de penalidades quando forem descumpridos, em razão da pandemia do coronavírus.</p> <p>Os deputados ainda devem eleger, nesta quarta (8), o novo Terceiro-Secretário da Mesa Diretora. Isso porque, com a posse do deputado Fábio Faria (PSD/RN) como ministro das Comunicações o cargo ficou vago.</p>
<p>Senado Federal</p> <p>Plenário</p>	<p>O Senado Federal, por sua vez, deve dar continuidade às votações de projetos que constavam na pauta da última quinta (2). Entre eles, destaca-se o PL 1826/2020 que dispõe sobre uma compensação financeira a ser paga pela União para o profissional da saúde, ou seu familiar, que tenha sido acometido por alguma incapacidade permanente para o trabalho, em virtude do contágio pelo coronavírus.</p>

Temáticas em Pauta nas Comissões

<p>ECONOMIA</p> <p>COVID-19</p>	<p>Comissão Mista COVID-19 Congresso Terça (7)</p> <p>Audiência Pública – debater a dificuldade de acesso ao crédito por Micro e Pequena Empresa no contexto da crise causada pela pandemia de COVID-19.</p>
<p>EDUCAÇÃO</p> <p>COVID-19</p>	<p>Comissão Externa de Ações Contra o Coronavírus Câmara Terça (7)</p> <p>Reunião Técnica – debater sobre retomada das atividades escolares.</p>

Política

Guedes diz que Bolsonaro está 'determinado' em tocar reformas estruturais. O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na sexta-feira que o presidente Jair Bolsonaro está “determinado” a continuar com as reformas estruturais. Em live promovida pela Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Guedes voltou a traçar um prognóstico positivo para a recuperação da atividade econômica após o momento mais dramático dos efeitos da pandemia do novo coronavírus. “O presidente está determinado a seguir em frente (com reformas), e Congresso é reformista”, disse Guedes, logo após dizer que o Brasil vai “surpreender o mundo” com sua dinâmica política. No mês passado, Bolsonaro disse que a reforma administrativa deve ser enviada apenas no ano que vem e defendeu uma versão “enxuta” da reforma tributária. Hoje, o ministro da Economia disse que a reforma administrativa ainda está na pauta, mas não se comprometeu com datas de envio da proposta. “Voltaremos (ao assunto) ainda neste governo”, afirmou. Fonte: O Estado de S.Paulo

Governo acena ao Legislativo com um novo pacote. O ministro da Economia, Paulo Guedes, informou ao Congresso que possui um novo portfólio de propostas reformistas para apresentar “assim que acabar o período emergencial”. Indicou a decisão governamental de instituir a renda mínima, que chamou de Imposto de Renda negativo. Ela viria acompanhada de desonerações “da mão de obra mais simples”. Haveria, também, um programa de difusão do microcrédito, complementado por um “bônus de adimplência”, espécie de prêmio fiscal aos micro, pequenos e médios empreendedores — desde 2002 existe lei (nº 10.637) com objetivo similar aplicável a pessoas jurídicas, com base no lucro real ou presumido. No pacote ao Legislativo, disse o ministro, também devem constar medidas para “aperfeiçoamento do marco regulatório” de alguns setores. Listou: “Cabotagem, setor elétrico, gás natural e petróleo — este para sair da (fórmula atual de) partilha para concessão”. Fonte: O Globo

'No 2º semestre, prioridade é a reforma tributária', diz Maia na TV. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou, no domingo (5), que a prioridade do País no segundo semestre deve ser a reforma tributária. “Acho que ela é a prioridade para o País voltar a ser competitivo no setor privado, melhorar a produtividade do setor privado”, afirmou em entrevista à Globo News nesta noite. Maia lembrou que a reforma sobre a tributação de bens e serviços, de impostos indiretos sobre consumo, já está no Congresso e afirmou que é preciso retomar esse debate logo nesta semana. “Eu disse ao presidente Davi (presidente do Senado, Davi Alcolumbre) que precisamos retomar esse debate esta semana, na terça ou na quarta-feira. Não tem mais tempo.” Fonte: O Estado de S. Paulo

Em busca da reeleição para presidência do Senado, Alcolumbre planeja recurso ao STF. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), inaugura em julho a reta final de seu mandato no comando da Casa dedicado a solucionar uma complexa matemática na tentativa de se reeleger ao posto. Além de conseguir o voto dos colegas, ele precisa transpor um trecho da Constituição que tem sido seguido à risca pelo Congresso: a proibição de reeleição para presidências do Senado e da Câmara. Desgastado nos últimos meses, Alcolumbre tenta reorganizar uma “base eleitoral” se fiando na proximidade ao governo e em ligações com o Supremo Tribunal Federal. É nessa relação com o Supremo que Alcolumbre traça sua principal estratégia para conseguir alterar as regras para permitir a reeleição. Fonte: O Globo

Guedes volta a defender imposto sobre transações digitais e se queixa de 'guerra de narrativas'. O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a defender no domingo a criação de um imposto sobre transações financeiras para custear a desoneração da folha de pagamentos. Guedes se queixou do que considera uma interdição do debate, por causa da comparação do sistema com a antiga CPMF. “Ele (o novo tributo) tem uma base de incidência que traficante de drogas não escapa, traficante de armas não escapa, ninguém escapa, corruptos não escapam. Quando todos pagam, é possível com uma alíquota pequenininha desonerar a folha de pagamentos”, afirmou o ministro, em entrevista à CNN. Por outro lado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se disse “radicalmente contra a CPMF” e disse que até 1º de fevereiro, data que encerra seu mandato como presidente da Casa, “não contem com a presidência da Câmara para pautar qualquer imposto disfarçado de CPMF”. Fonte: O Globo

Último Foco

É preciso responsabilizar plataformas e financiadores de fake news, diz Maia. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu a necessidade de um marco legal que permita a responsabilização das plataformas de internet e a identificação e punição de quem financia a propagação de notícias falsas (fake news), fenômeno que, segundo ele, é articulado no mundo todo com o objetivo de fragilizar a democracia por meio de ataques às instituições. Maia participou no sábado (4) de evento na internet promovido pelo grupo Prerrogativas, composto por advogados de todo o País. Além do presidente da Câmara, participaram da live os deputados Orlando Silva (PCdoB-SP) e Paulo Pimenta (PT-RS). Para Maia, responsabilizar propagadores de notícias falsas é uma maneira de proteger o regime democrático. “Qualquer um de nós responde por nossos atos, e as plataformas não querem ter responsabilidade. Precisamos ter um marco legal que permita investigar e chegar aos financiadores desses esquemas que usam de forma radical e equivocada as redes sociais”, disse. Fonte: Agência Câmara

Proposta cria normas para troca digital de produtos e serviços. O Projeto de Lei 2966/20 institui normas sobre a permuta digital. O texto abrange qualquer troca bilateral ou multilateral entre pessoas ou empresas pela internet. Qualquer produto ou serviço, com exceção do dinheiro, pode ser negociável. A troca pode ser feita mesmo para atividades no exterior, desde que o serviço seja ofertado ao público brasileiro ou um integrante do grupo econômico tenha empresa no Brasil. Segundo Reis, em tempo de recessão, a troca de produtos e serviços se apresenta como alternativa para girar capital, mesmo em situações de baixa liquidez. Ele afirmou que algumas plataformas já oferecem pontos de encontro digitais para interessados trocarem produtos e serviços, com cobrança de uma taxa. “A fim de se garantir segurança jurídica a tais relações, o projeto propõe premissas básicas para que a prática possa ser exercida de modo seguro”, afirmou Reis. Fonte: Agência Câmara

Especialista recomenda prazo de adaptação à Lei de Proteção de Dados. O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) promoveu debate sobre os caminhos para que empresas, instituições públicas e entidades sem fins lucrativos possam se adaptar à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). A norma foi aprovada em 2018 e entraria em vigor em agosto deste ano, mas a Medida Provisória 959 de 2020 prorrogou o prazo para maio de 2021. Segundo o advogado Márcio Cots, especialista em direito digital, as companhias devem prestar a atenção a um conjunto de passos, para sair de uma situação sem preocupação com a proteção de dados e gestão sobre as informações administradas para um novo estágio com governança de dados e processos adaptados ao que a lei requer. Fonte: Agência Brasil

Governo cria nova plataforma de comércio eletrônico para compras públicas. O governo federal vai implantar uma nova plataforma de comércio eletrônico nas compras públicas. A ideia é adotar o modelo de marketplace, um portal online para reunir vendedores ou prestadores de serviços interessados em fornecer ao Estado, ao qual servidores e gestores públicos terão acesso para avaliar produtos de várias empresas credenciadas. A escolha dos itens poderá ser realizada em poucos cliques e a compra finalizada imediatamente. Modelo deve começar pelas contratações realizadas via dispensa de licitação. A nova forma de compra inverterá a atual lógica de contratação no setor público. Atualmente, o governo informa o que deseja adquirir ou contratar e os fornecedores se adequam aos requisitos exigidos. No novo modelo, empresas já estarão credenciadas no marketplace para oferecer diversos produtos e o gestor público terá a possibilidade de escolher – de forma simples e rápida – o produto que mais se adequa às necessidades do setor público. Aquisição de mesas e cadeiras são exemplos de compras que podem ser aperfeiçoadas com a plataforma virtual. Fonte: Convergência Digital

Certificado digital precisa agregar mais valor, diz o presidente do ITI. O ecossistema de certificados digitais foi abalado por duas novidades nas últimas semanas. Primeiro com a publicação da Medida Provisória 983, que criou novos níveis de “assinaturas” e dispensou o certificado para acesso a certos serviços públicos. E agora a própria Receita Federal passou a adotar o login único federal para acesso ao portal de atendimento e-CAC. Mas para o presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), Carlos Fortner, nada disso diminui o papel dos certificados digitais, muito menos da infraestrutura brasileira de chaves públicas, a ICP-Brasil. “Entendo que as mudanças estão criando novas oportunidades. O certificado digital continua a ter

mais funcionalidades que a nova 'assinatura avançada' e o que precisa se dar é uma agregação de valor. E para isso pelo menos parte do mercado está atenta". Fonte: Convergência Digital

MEC exige energia elétrica nas escolas para levar banda larga. O Ministério da Educação publicou nesta segunda, 6/7, os critérios de adesão de escolas públicas do ensino básico ao programa de inovação educação conectada (PIEC), pelo qual é repassado dinheiro para que as instituições contratem serviço de acesso à internet, distribuição do sinal na escola e aquisição de dispositivos eletrônicos. Como definido ainda em 2017, as escolas devem estar funcionando, ter energia elétrica e estar situada em área de cobertura de banda larga terrestre ou via satélite. As escolas que já estavam no programa devem apresentar o monitoramento de aplicação financeira. Para novas, o critério de inclusão em 2020 é ter mais de 14 alunos matriculados. Fonte: Convergência Digital

Lei estadual que proíbe fidelização em telecom é constitucional, diz STF. O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por maioria que a Lei estadual 7.872/2018, do Rio de Janeiro, que proíbe cláusulas de fidelização nos contratos de prestação de serviços, é constitucional. A decisão, por maioria, foi tomada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5963, em sessão virtual no dia 26/6. A ADI foi ajuizada pela Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Abrafix) e a Associação Nacional das Operadoras de Celulares (Acel). As entidades setoriais argumentaram que a competência legislativa para estabelecer obrigações referentes aos serviços de telecomunicações é privativa da União. As associações alegavam que as normas interferem na relação contratual entre o poder concedente e as empresas de telecomunicações, ao legislar sobre direito civil, também de competência da União. Fonte: Teletime

BNDES disponibiliza R\$ 5 bi para micro, pequenas e médias empresas. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alcançou na sexta-feira (3) na linha de empréstimo para capital de giro o total de R\$5 bilhões para micro, pequenas e médias empresas. O valor estava previsto no plano inicial de enfrentamento ao novo coronavírus, apresentado pelo banco de fomento em março, no início da pandemia de covid-19. Segundo o BNDES, já foram aprovadas 16.318 operações com 15.094 empresas, que empregam 372.800 pessoas, com valor médio de R\$ 318 mil por operação. Como a pandemia ainda não acabou, o programa vai ser ampliado até o fim do ano, com a disponibilização de mais R\$5 bilhões. "Devido ao sucesso da iniciativa, e considerando a extensão da pandemia e dos impactos econômicos para as micro, pequenas e médias empresas, o Banco vai disponibilizar mais R\$ 5 bilhões para novos empréstimos pela linha, que terá sua vigência ampliada de 30 de setembro para 31 de dezembro de 2020", informou o banco. Fonte: Agência Brasil

Só 17% do crédito previsto foram concedidos a empresas durante pandemia. Um levantamento feito pelo Ministério da Economia aponta que menos de 20% do crédito previsto em programas de auxílio durante a pandemia anunciados pelo governo federal chegaram até os empresários brasileiros. A informação é da Folha de S. Paulo. Os dados mostram que depois de 4 meses do lançamento dos programas, somente R\$ 12,1 bilhões foram desembolsados, valor que corresponde a 17% dos quase R\$ 70 bilhões anunciados para 4 linhas de financiamento. A medida faz parte do pacote econômico elaborado para conter os efeitos pandemia da covid-19 no Brasil. Com o crédito facilitado, empresários brasileiros poderiam manter os empregos e os negócios funcionando, mesmo com as operações reduzidas. Fonte: Poder 360

Pesquisa mostra potencial para a expansão do home office. Pesquisa da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA) mostra que há um grande potencial de expansão do trabalho em home office no Brasil, pós pandemia da covid-19, em cargos de nível superior, gestores e professores. O estudo ouviu 1.566 profissionais em home office. Segundo a pesquisa, os trabalhadores ouvidos reportaram altos níveis de satisfação com seu trabalho em casa e uma percepção de que seu desempenho foi impactado positivamente com a modalidade do teletrabalho: 70% disseram que gostariam de continuar trabalhando em home office depois da pandemia; 19%, que não gostariam; e 11%, que são indiferentes. Fonte: Agência Brasil